



FDA

Geração de Energia Elétrica

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A.

CNPJ Nº 35.742.218/0001-04

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A - Mossunguê - Curitiba – PR, CEP 81200-240

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
1. A COMPANHIA	4
2. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)	4
3. DESEMPENHO OPERACIONAL	5
4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (em milhares de reais)	6
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
Balanço Patrimonial.....	8
Demonstração do Resultado	9
Demonstração do Resultado Abrangente	10
Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
1. Contexto Operacional	12
2. Base de Preparação	12
3. Políticas Contábeis Materiais	13
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	16
5. Clientes e Outros créditos	16
6. Tributos	17
7. Títulos e valores mobiliários	18
8. Imobilizado	19
9. Intangível	20
10. Fornecedores e Outras contas a pagar	20
11. Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	20
12. Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	21
13. Provisões para litígios e passivos contingentes	22
14. Patrimônio Líquido	22
15. Receita Operacional Líquida	22
16. Custos e Despesas Operacionais	23
17. Resultado Financeiro	23
18. Instrumentos Financeiros	23
19. Partes Relacionadas	26
20. Seguros	26
21. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa	27
22. Eventos subsequentes	27
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES	28
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	29

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À ACIONISTA

A Administração da F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2025, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

Curitiba, 20 de março de 2026.

**MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO
REZENDE**
Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO
Diretor Administrativo-Financeiro

1. A COMPANHIA

A F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. (F.D.A. ou Companhia) foi constituída, nos termos de seu Estatuto Social, em 04.12.2019 e destina-se à geração de energia elétrica. Tem a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT ou Controladora) como única acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel).

1.1. FDA em números

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	31.12.2025	31.12.2024	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	2.430.853	2.425.999	0,2
Caixa e equivalentes de caixa	135.558	61.545	120,3
Títulos e valores mobiliários - garantias de contratos de dívidas	20.054	17.941	11,8
Receita operacional bruta	666.035	628.611	6,0
Deduções da receita	(67.127)	(68.538)	(2,1)
Receita operacional líquida (ROL)	598.908	560.073	6,9
Custos e despesas operacionais	(363.944)	(354.249)	2,7
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	234.964	205.824	14,2
Ebitda ou Lajida (a)	311.712	325.058	(4,1)
Resultado financeiro	10.806	26.763	(59,6)
IRPJ/CSLL	81.970	76.874	6,6
Lucro operacional	245.770	232.587	5,7
Lucro líquido do exercício	163.800	155.713	5,2
Patrimônio líquido	2.200.356	2.186.403	0,6
Dividendos	155.610	147.927	5,2
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,4	1,0	40,0
Liquidez geral (índice)	1,2	0,8	50,0
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou Lajida/ROL) (%)	52,0	58,0	(10,3)
Margem operacional (lucro operacional/ROL) (%)	41,0	41,5	(1,2)
Margem líquida (lucro líquido/ROL) (%)	27,3	27,8	(1,8)
Participação de capital de terceiros (%)	9,5	9,9	(4,0)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) (b)	7,4	7,1	4,2

(a) Ebitda ou Lajida - Lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

(b) Lucro Líquido ÷ Patrimônio Líquido

2. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)

A F.D.A., como subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, incorpora os princípios ESG (Ambiental, Social e Governança) à sua estratégia corporativa, fundamentando sua atuação nos temas materiais identificados por meio de consulta às partes interessadas, nas diretrizes estabelecidas pela Política de Sustentabilidade. A integridade é um valor transversal que orienta todas as práticas da companhia, reforçando o compromisso com a ética, a transparência e a conformidade. Essa abordagem é complementada por compromissos voluntários alinhados aos Princípios do Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Agenda 2030).

O ESG na estratégia da Copel visa promover uma cultura sistêmica e ampla de sustentabilidade, com origem nas partes interessadas, e os temas materiais orientam programas e iniciativas que geram valor compartilhado, minimizam riscos e potencializam oportunidades.

O desempenho ESG é monitorado continuamente por indicadores e avaliações externas, como o ISE, da [B]³, o CSA, da S&P Global, e o CDP.

2.1. Programa de Integridade

O Programa de Integridade da Copel está alinhado às melhores práticas de ações contra a corrupção. O 10º Princípio do Pacto Global preconiza que as empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, com metas para desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis, indo além das obrigações legais, fortalecendo os mecanismos de transparência e integridade. Abrangendo todos os empregados, administradores e conselheiros fiscais, o Programa de Integridade está estruturado para prevenir, detectar e remediar potenciais atos lesivos como conflito de interesses, fraudes em processos de contratação e pagamentos, entre outros.

Para seguir garantindo a aplicação das melhores práticas, a Copel foi certificada pela ISO 37301, revisando uma série de práticas e normas, ampliando a interação entre os processos de controles e gestão de riscos e implementou outras melhorias ao longo de 2024.

O Programa de Integridade Copel engloba: Código de Conduta; Estatuto Social; Canais de Manifestação; Gestão de Riscos; Matriz de Riscos e Controles Internos e Políticas abrangentes. As informações detalhadas que contemplam o Programa de Integridade da Copel podem ser acessadas no website: <https://ri.copel.com/publicacoes-e-documentos/formulario-de-referencia-e-cadastral/>

2.2. Dimensão Social

A FDA, como subsidiária da Copel GeT e da Copel, reafirma seu compromisso com a integração das dimensões ambiental, social e econômica, orientando suas práticas pelas Políticas de Sustentabilidade e de Governança Corporativa, que consolidam valores como diálogo, transparência, respeito aos Direitos Humanos, acessibilidade, inclusão e desenvolvimento sustentável. Mais informações sobre esses programas podem ser encontradas no Relato Integrado da Copel.

• Política de Equidade

A Copel defende a equidade como o tratamento justo e isonômico a ser dispensado a cada uma das partes interessadas (conforme as suas especificidades e demandas), sempre baseado em respeito, diversidade, inclusão e igualdade de direitos e oportunidades. A equidade estimula a competitividade e constrói um ambiente que viabiliza decisões mais assertivas e justas, com atenção especial a grupos vulneráveis e sujeitos à discriminação.

Para a Copel, o compromisso com a equidade de gênero e com o papel da mulher no Brasil e no mundo são uma missão de todos. Por isso, constitui pilar fundamental dentre as suas diretrizes estratégicas e está refletido nos seus documentos empresariais, em especial no Código de Conduta e nas Políticas de Sustentabilidade, de Governança Corporativa, de Gestão de Pessoas e de Indicação, Remuneração e Avaliação Anual de Desempenho.

A Companhia, adota as políticas de sua controladora e possui dois diretores responsáveis pela tomada de decisões, não dispondo de empregados próprios nem de conselho de administração constituído, sendo que as matérias relevantes são submetidas à deliberação da Assembleia Geral.

2.3. Dimensão Ambiental

A FDA, como subsidiária da Copel GeT e da Copel, atua de forma comprometida com o desenvolvimento sustentável. A Companhia atua para atingir a ecoeficiência, preservar a biodiversidade e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE). As diretrizes para essa atuação estão na Política de Sustentabilidade da Copel, que aborda em seus diversos capítulos os temas Ambiental, Biodiversidade, Direitos Humanos, Engajamento com Partes Interessadas, Investimento Social Privado e Mudança do Clima. Mais informações sobre esses programas podem ser encontradas no Relato Integrado da Copel.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 02.03.2020, a Copel GeT transferiu para F.D.A. a concessão da UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Neto (GBM ou Foz do Areia) com a assinatura de contrato de Concessão junto à Aneel com mesmo prazo da concessão original. A UHE GBM possui potência instalada de 1.676,0 MW e garantia física de 567,6 MW médios.

No ambiente regulatório, a F.D.A. aderiu à repactuação do risco hidrológico na parcela da garantia física não comprometida com contratos repactuados no Ambiente de Contratação Regulada - ACR nos termos da Lei nº 14.052/2020, regulamentada pela Resolução Normativa Aneel nº 895/2020, que proveu a compensação dos riscos de natureza não hidrológica por meio de extensão das outorgas dos agentes de geração hidráulica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.

Em agosto de 2023 ocorreu a transformação da Copel, Controladora indireta da FDA, em companhia de capital disperso e sem acionista controlador (Corporação). Em decorrência dessa operação, a Copel cumpriu com os requisitos para fins de obtenção de novo contrato de concessão para a usina de GBM, nos termos da Lei nº 9.074/1995.

No dia 18.11.2024 foi celebrado junto ao poder concedente o Contrato de Concessão nº 001/2024 - Aneel - F.D.A Geração de Energia Elétrica, que renovou por 30 anos a concessão da Usina GBM, mediante pagamento de bônus de outorga no valor de R\$ 1,84 bilhão.

Usina em operação em 31.12.2025 – Características Físicas

Usina	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Propriedade %	Potência Instalada (MW) Proporc.	Garantia Física (MW Médios) Proporc.	Início de Operação Comercial	Venci-mento de Outorga
UHE Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia-FDA)	1.676	567,6	100%	1.676	567,6	01.10.1980	20.11.2054
	1.676	567,6		1.676	567,6		

Garantia Física Realizada e Esperada

Garantia física GWh/ano proporcional	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
UHE Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia)	4.972	4.972	4.972	4.986	4.972	4.972	4.972
Total	4.972	4.972	4.972	4.986	4.972	4.972	4.972

Modelo de Negócio e Condições no ACR

Usinas	Modelo de Negócio em 1º/jan/2025	Preço no ACR em 1º/jan/2025	Data e índice de reajuste no ACR
UHE Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia)	100% ACL	não aplicável	não aplicável

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (em milhares de reais)

4.1. Receita Operacional Líquida

Em 2025, a Receita Operacional Líquida teve acréscimo de R\$ 38.835, representando 6,9% de aumento em relação a 2024, decorrente principalmente do aumento da receita em Contratos Bilaterais (maior quantidade).

4.2. Custos e Despesas Operacionais

Em 2025, os custos e despesas operacionais tiveram acréscimo de R\$ 9.695, representando 2,7% de aumento em relação a 2024, devido principalmente o aumento da energia elétrica comprada para revenda de contratos bilaterais e junto à CCEE, compensado pela redução da depreciação e amortização tendo em vista a mudança de estimativa em função da renovação da concessão ocorrida em 2024.

	2025	2024	Variação	
			R\$	%
Energia elétrica comprada para revenda	59.604	10.066	49.538	492,1
Encargos de uso da rede elétrica	149.977	158.426	(8.449)	(5,3)
Pessoal, administradores, Planos de Previdência e Assistencial	4.155	2.434	1.721	70,7
Material	1.652	1.553	99	6,4
Serviços de terceiros	24.418	35.633	(11.215)	(31,5)
Depreciação e amortização	76.748	119.234	(42.486)	(35,6)
Perdas de créditos, provisões e reversões	23	7	16	228,6
Outros custos e despesas operacionais	47.367	26.896	20.471	76,1
	363.944	354.249	9.695	2,7

4.3. EBITDA ou LAJIDA

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	163.800	155.713
Despesas com tributos sobre os lucros	81.970	76.874
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(10.806)	(26.763)
Lajir/Ebit	234.964	205.824
Depreciação e Amortização	76.748	119.234
Lajida/Ebitda	311.712	325.058
Receita Operacional Líquida - ROL	598.908	560.073
Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)	52,05 %	58,04 %

4.4. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou redução de R\$ 15.957 devido principalmente a redução da renda de aplicações financeiras e o aumento da atualização do UBP.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balço Patrimonial

em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	135.558	61.545
Clientes	5.1	73.688	76.636
Outros créditos	5.2	14.763	6.595
Imposto de renda e contribuição social	6	754	134
Outros tributos a recuperar	6	922	1.035
Despesas antecipadas		765	420
		226.450	146.365
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	7	20.054	17.941
Outros créditos	5.2	34.449	34.860
Outros tributos a recuperar	6	1.503	1.614
		56.006	54.415
Imobilizado	8	298.786	306.000
Intangível	9	1.849.570	1.918.982
Direito de uso de ativos		41	237
		2.204.403	2.279.634
TOTAL DO ATIVO		2.430.853	2.425.999

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	19	1.316	520
Fornecedores	10.1	25.145	21.548
Imposto de renda e contribuição social	6	59.318	72.506
Outras obrigações fiscais	6	4.722	5.255
Dividendos a pagar	14.3	38.902	36.982
Encargos setoriais a recolher		—	855
Pesquisa e desenvolvimento	12	9.218	3.827
Contas a pagar vinculadas à concessão	11	12.780	2.073
Passivo de arrendamento		43	186
Outras contas a pagar	10.2	8.921	9.682
		160.365	153.434
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	8.157	10.513
Pesquisa e desenvolvimento	12	3.193	6.488
Contas a pagar vinculadas à concessão	11	58.782	69.125
Passivo de arrendamento		—	36
		70.132	86.162
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14.1	2.009.508	2.009.508
Reserva legal	14.2	74.140	65.950
Dividendo adicional proposto	14.4	116.708	110.945
		2.200.356	2.186.403
TOTAL DO PASSIVO		2.430.853	2.425.999

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Em milhares de reais)

	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	598.908	560.073
Custos Operacionais	16	(352.771)	(373.435)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		246.137	186.638
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com vendas	16	(23)	(7)
Despesas gerais e administrativas	16	(2.947)	(3.282)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(8.203)	22.475
		(11.173)	19.186
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		234.964	205.824
Resultado Financeiro	17		
Receitas financeiras		19.861	28.941
Despesas financeiras		(9.055)	(2.178)
		10.806	26.763
LUCRO OPERACIONAL		245.770	232.587
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	6		
Imposto de renda e contribuição social		(84.326)	(101.628)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.356	24.754
		(81.970)	(76.874)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		163.800	155.713
RESULTADO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - em reais			
Ações ordinárias	14.5	0,08151	0,26232

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	31.12.2025	31.12.2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	163.800	155.713
Outros resultados abrangentes	—	—
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	163.800	155.713

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	NE nº	Capital social	Reservas de Lucros		Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldo em 1º de janeiro de 2024		409.508	58.164		166.380	—	634.052
Aumento de Capital		1.600.000	—	—	—	—	1.600.000
Lucro do exercício		—	—	—	—	155.713	155.713
Deliberação do Dividendo Adicional proposto		—	—	—	(166.380)	—	(166.380)
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva Legal		—	7.786	—	—	(7.786)	—
Dividendos mínimo obrigatório	14.3	—	—	—	—	(36.982)	(36.982)
Dividendo adicional proposto	14.3	—	—	—	110.945	(110.945)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024		2.009.508	65.950	—	110.945	—	2.186.403
Lucro do exercício		—	—	—	—	163.800	163.800
Deliberação do Dividendo Adicional proposto		—	—	—	(110.945)	—	(110.945)
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva Legal		—	8.190	—	—	(8.190)	—
Dividendos mínimo obrigatório	14.3	—	—	—	—	(38.902)	(38.902)
Dividendo adicional proposto	14.3	—	—	—	116.708	(116.708)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2025		2.009.508	74.140	—	116.708	—	2.200.356

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		163.800	155.713
Ajustes para a reconciliação do Lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Encargos não realizadas - líquidas		8.907	2.177
Imposto de renda e contribuição social	6.3	84.326	101.628
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.3	(2.356)	(24.754)
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento	12.1	5.522	5.104
Depreciação e amortização	16	76.748	119.292
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	16	23	7
Resultado das baixas de imobilizado	8.2	82	7.141
		337.052	366.308
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		2.925	7.666
Estoques		—	16
Outros créditos		(7.758)	(39.344)
Imposto de renda e contribuição social		(620)	2.452
Outros tributos a recuperar		289	(794)
Despesas antecipadas		(345)	158
		(5.509)	(29.846)
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas		796	(345)
Fornecedores		3.031	(1.497)
Outras obrigações fiscais		(533)	384
Encargos setoriais a recolher		(855)	(322)
Pesquisa e desenvolvimento	12.1	(3.892)	(3.442)
Contas a pagar vinculadas à concessão	11.1	(1.361)	—
Outras contas a pagar		(761)	371
		(3.575)	(4.851)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		327.968	331.611
Imposto de renda e contribuição social pagos		(97.514)	(152.028)
Encargos de passivo de arrendamentos pagos		(15)	(10)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		230.439	179.573
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(2.113)	(1.553)
Aquisições de intangível	9	(1.141)	(1.840.924)
Aquisições de imobilizado		(5.056)	(6.794)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(8.310)	(1.849.271)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortizações de principal de passivo de arrendamentos		(189)	(159)
Aumento de capital		—	1.600.000
Dividendos pagos		(147.927)	(221.839)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(148.116)	1.378.002
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		74.013	(291.696)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	61.545	353.241
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	135.558	61.545
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		74.013	(291.696)

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A F.D.A Geração de Energia Elétrica S.A. (Foz do Areia, FDA, Companhia), com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indiretamente pela Companhia Paranaense de Energia (Copel), que tem por objeto a geração de energia elétrica, por meio da exploração da UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Neto (UHE GBM ou Foz do Areia), usina com potência instalada de 1.676,0 MW e garantia física de 567,6 MW médios.

2. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS® Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 24.03.2026

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Os valores são apresentados em milhares de reais e são arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3. Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como aquelas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são as seguintes:

- NEs nº 3.3 e 8 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nº 3.4 e 8 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nº 3.5 e 9 - Intangível: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nº 3.6 e 13 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nº 3.7 - Reconhecimento da receita: estimativa de valores não faturados;
- NEs nº 3.8 e 6.2 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros;
- NEs nº 3.9 - Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos: definição da taxa de desconto para os contratos.

2.4. Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Há expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo e não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

3. Políticas Contábeis Materiais

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras são apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado. Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação ocorre de forma prospectiva.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4. Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2. Contas a pagar vinculadas à concessão

Referem-se aos valores estabelecidos no contrato de concessão relacionados ao direito de exploração do potencial de geração de energia hidráulica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP. O registro inicial da obrigação é feito na data da assinatura do contrato de concessão e corresponde ao valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros. Posteriormente, é atualizado pelo método da taxa de juros efetiva e reduzido pelos pagamentos contratados.

3.3. Imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de concessão de serviço público de geração de energia elétrica são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel. Os bens vinculados aos contratos de uso de bem público sob o regime de produtor independente de energia elétrica são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. Como referência utiliza-se as taxas definidas pela Aneel, visto que tais taxas foram objeto de estudos técnicos e estatísticos efetuados pelo órgão regulador, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros relativos a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a empresa.

3.4. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.4.1. Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando estimativas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.4.2. Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor justo líquido da despesa de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado periodicamente e em caso de reversão de perdas estimadas em exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.5. Intangível

Ativo composto por softwares adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização pelo prazo de cinco anos, além do saldo constituído pela repactuação do risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, proveniente do valor recuperado do custo com o fator de ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE (Generation Scaling Factor - GSF). O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, com amortização linear até o final do prazo de concessão.

3.6. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação. As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro.

Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.7. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação, considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagá-la quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

3.8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, constitui crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

3.9. Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos

Quando da celebração de um contrato de arrendamento, o direito de uso de ativos é registrado a valor presente, em contrapartida de um passivo de arrendamento de mesmo valor, exceto para contratos que atendam critérios de isenção da norma contábil (arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou que preveem remuneração variável). Após a mensuração inicial, a amortização do ativo de direito de uso é contabilizada no resultado operacional e os juros do passivo de arrendamento no resultado financeiro. Para definição da taxa de juros, a Companhia utiliza como base a taxa nominal praticada na última captação de recursos do grupo Copel, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas.

3.10. Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2025

A partir de 1º.01.2025 estão vigentes as alterações de normas a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade;
- (ii) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto;
- (iii) ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial;
- (iv) OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

3.11. Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as normas novas e/ou revisadas abaixo:

- (i) CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (a partir de 1º.01.2026);
- (ii) IFRS 18/CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (a partir de 1º.01.2027);
- (iii) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (a partir de 1º.01.2027);
- (iv) Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11 (a partir de 1º.01.2026);
- (v) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas, exceto a IFRS 18 para a qual a Administração está avaliando os impactos de adoção.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e bancos conta movimento	1.008	373
Aplicações financeiras de liquidez imediata	134.550	61.172
	135.558	61.545

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 100,50% e 101,50% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Clientes e Outros créditos

5.1. Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos há 90 dias	31.12.2025	31.12.2024
Contratos Bilaterais	44.161	33	44.194	43.547
CCEE	29.494	–	29.494	33.089
	73.655	33	73.688	76.636

5.2. Outros créditos

	31.12.2025	31.12.2024
Alienações de bens e direitos (a)	37.176	36.155
Serviços em curso (b)	10.066	5.204
Outros créditos	1.970	96
	49.212	41.455
Circulante	14.763	6.595
Não Circulante	34.449	34.860

(a) Contempla o saldo decorrente da venda de ativos inservíveis realizada em 2024.

(b) Referem-se, em sua maioria, aos programas de P&D, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim.

6. Tributos

6.1. Impostos de renda e contribuição social e outros tributos

	31.12.2025	31.12.2024
Ativo circulante		
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	754	134
ICMS a recuperar	922	1.035
	1.676	1.169
Ativo não circulante		
ICMS a recuperar	1.019	733
Outros tributos a compensar	484	881
	1.503	1.614
Passivo circulante		
Imposto de renda e contribuição social a recolher	59.318	72.506
PIS/Pasep e Cofins a recolher	4.362	4.621
Outros tributos	360	634
	64.040	77.761

6.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 1º.01.2024	Reconhecido no resultado	Saldo em 31.12.2024	Reconhecido no resultado	Saldo em 31.12.2025
Ativo não circulante					
Uso do Bem Público	—	678	678	3.034	3.712
Instrumentos financeiros derivativos	—	1.718	1.718	(156)	1.562
Provisão para P&D e PEE	1.477	—	1.477	—	1.477
Provisões de passivo omissor	1.122	(13)	1.109	(539)	570
Passivo de arrendamentos	—	75	75	(11)	64
ACT - Acordo Coletivo do Trabalho	—	12	12	12	24
Perdas de créditos esperadas	3	2	5	(5)	—
	2.602	2.472	5.074	2.335	7.409
(-) Passivo não circulante					
Diferimento de ganho de capital	—	9.228	9.228	214	9.442
Repactuação do Risco Hidrológico (GSF)	37.869	(31.591)	6.278	(218)	6.060
Direito de uso de ativos	—	81	81	(17)	64
	37.869	(22.282)	15.587	(21)	15.566
Líquido	(35.267)	24.754	(10.513)	2.356	(8.157)

A projeção da realização dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo e passivo não circulantes está baseada no período de realização de cada item constante do ativo e passivo diferido, de acordo com as projeções de resultados futuros. Os critérios utilizados para a realização de cada item estão relacionados com a previsibilidade de realização do valor principal que originou a diferença temporária. A seguir está apresentada a projeção de realização dos créditos fiscais diferidos.

	Ativo	Passivo
2026	1.621	(836)
2027	966	(773)
2028	228	(773)
2029	228	(773)
2030	228	(773)
2031 a 2033	441	(986)
Após 2033	3.697	(10.652)
	7.409	(15.566)

6.3. Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2025	31.12.2024
Lucro antes do IRPJ e CSLL	245.770	232.587
IRPJ e CSLL (34%)	(83.562)	(79.079)
Efeitos fiscais sobre:		
Despesas indedutíveis	(808)	(1.124)
Incentivos fiscais	2.376	3.305
Outros	24	24
IRPJ e CSLL correntes	(84.326)	(101.628)
IRPJ e CSLL diferidos	2.356	24.754
Alíquota efetiva - %	33,4%	33,1%

6.4. Reforma tributária do consumo

Em 2023, foi instituída a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, com regulamentações sancionadas em 2024 e 2025, estabelecendo um novo modelo de tributação com implementação gradual, ainda sujeito a regulamentações complementares e definições operacionais por parte das autoridades competentes. Considerando a relevância e a complexidade do tema, a Companhia constituiu grupo multidisciplinar para avaliar os potenciais impactos sobre suas operações, posição patrimonial, resultados, fluxos de caixa, sistemas, processos e controles internos.

Com base em estudos iniciais, a Administração definiu e iniciou, ao longo de 2025, plano estruturado de adequação às novas exigências legais e operacionais, incluindo revisão de processos e atualização de sistemas. Em 2026, a Companhia dará continuidade às ações, com foco nas alterações previstas para 2027, mantendo monitoramento contínuo da evolução legislativa e refletindo prospectivamente em suas demonstrações financeiras eventuais impactos decorrentes de mudanças futuras.

7. Títulos e valores mobiliários

A Companhia possui títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. Os recursos referentes ao CDB são vinculados à garantia financeira do Contrato de Uso do Sistema de transmissão e tem prazo de 18 a 50 meses a partir do final do período do relatório.

Categoria	Indexador	31.12.2025	31.12.2024
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	96,0 a 98,3% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI	20.054	17.941
	Não circulante	20.054	17.941

8. Imobilizado

8.1. Imobilizado por classe de ativos

	Custo	Depreciação Acumulada	31.12.2025	Custo	Depreciação Acumulada	31.12.2024
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	2.337.872	(2.336.576)	1.296	2.337.872	(2.336.519)	1.353
Máquinas e equipamentos	588.456	(324.063)	264.393	586.678	(312.571)	274.107
Edificações	533.666	(529.265)	4.401	533.621	(528.999)	4.622
Terrenos	14.961	(581)	14.380	14.990	(83)	14.907
Móveis e utensílios	441	(357)	84	461	(365)	96
	3.475.396	(3.190.842)	284.554	3.473.622	(3.178.537)	295.085
Em curso						
Custo	14.232	–	14.232	10.915	–	10.915
	14.232	–	14.232	10.915	–	10.915
	3.489.628	(3.190.842)	298.786	3.484.537	(3.178.537)	306.000

8.2. Mutação do imobilizado

	Saldo em 1º.01.2025	Aquisições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2025
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	1.353	–	(57)	–	–	1.296
Máquinas e equipamentos	274.107	–	(11.924)	(49)	2.259	264.393
Edificações	4.622	–	(266)	–	46	4.402
Terrenos	14.907	–	(499)	(29)	–	14.379
Móveis e utensílios	96	–	(8)	(4)	–	84
	295.085	–	(12.754)	(82)	2.305	284.554
Em curso						
Custo	10.915	5.622	–	–	(2.305)	14.232
	10.915	5.622	–	–	(2.305)	14.232
	306.000	5.622	(12.754)	(82)	–	298.786

	Saldo em 1º.01.2024	Aquisições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2024
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	1.410	–	(57)	–	–	1.353
Máquinas e equipamentos	280.230	–	(11.262)	(168)	5.307	274.107
Edificações	11.323	–	(750)	(6.586)	635	4.622
Terrenos	15.193	–	(83)	(221)	18	14.907
Móveis e utensílios	241	–	(28)	(166)	49	96
	308.397	–	(12.180)	(7.141)	6.009	295.085
Em curso						
Custo	10.130	6.794	–	–	(6.009)	10.915
	10.130	6.794	–	–	(6.009)	10.915
	318.527	6.794	(12.180)	(7.141)	–	306.000

A Administração da Companhia não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos nos exercícios de 2025 e de 2024.

8.3. Taxas médias de depreciação

Taxas médias de depreciação (%)	31.12.2025	31.12.2024
Geração		
Edificações	3,42	3,42
Equipamento geral	6,24	6,25
Máquinas e equipamentos	2,60	2,62
Geradores	3,33	3,33
Reservatórios, barragens e adutoras	3,21	3,14
Turbina hidráulica	2,94	2,94

Para a usina com regime de exploração de PIE, a totalidade dos ativos, inclusive terrenos, vinculados a usina de geração de energia elétrica hídrica são depreciados e/ou amortizados de forma linear pela maior taxa entre aquela determinada pela vida útil de cada ativo ou a taxa calculada com base no prazo de concessão da usina, sem valor residual ao final da concessão.

9. Intangível

	Em serviço	Em curso	Total
Em 1º.01.2024	115.436	–	115.436
Aquisições	–	566	566
Bônus de Outorga	1.840.358	–	1.840.358
Adições - renovação das concessões	69.590	–	69.590
Quotas de amortização - concessão (a)	(106.960)	–	(106.960)
Quotas de amortização - outros intangíveis (b)	(8)	–	(8)
Em 31.12.2024	1.918.416	566	1.918.982
Aquisições	–	1.141	1.141
Outorga Aneel - uso do bem público (NE nº 11)	(6.701)	–	(6.701)
Quotas de amortização - concessão (a)	(63.845)	–	(63.845)
Quotas de amortização - outros intangíveis (b)	(7)	–	(7)
Em 31.12.2025	1.847.863	1.707	1.849.570

(a) Amortização durante o período de concessão/autorização a partir do início da operação comercial do empreendimento.

(b) Taxa anual de amortização: 20%.

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos intangíveis em 2025 e 2024.

10. Fornecedores e Outras contas a pagar

10.1. Fornecedores

	31.12.2025	31.12.2024
Energia elétrica - Copel Comercialização	4.242	13
Materiais e serviços	4.561	2.895
Materiais e serviços - O&M - Copel GeT	2.322	4.499
Encargos de uso da rede elétrica	13.576	13.721
Encargos de uso da rede elétrica - Copel GeT	444	420
	25.145	21.548

10.2. Outras contas a pagar

	31.12.2025	31.12.2024
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	8.645	8.809
Taxa de fiscalização Aneel	142	142
Outras obrigações	134	731
	8.921	9.682

11. Contas a Pagar Vinculadas à Concessão

	Outorga	Assinatura	Final	Taxa de desconto	Correção Anual	31.12.2025	31.12.2024
UHE FDA	19.11.2024	19.11.2024	10.2030	8,23% a.a.	IPCA	71.562	71.198
					Circulante	12.780	2.073
					Não Circulante	58.782	69.125

Taxa de desconto no cálculo do valor presente:

Taxa desconto real e líquida, compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Pagamento à União:

Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual corrigido pelo IPCA, conforme definido no contrato de concessão.

11.1. Mutação de contas a pagar vinculadas à concessão

	Total
Em 1º.01.2024	–
Outorga Aneel – uso do bem público	69.590
Ajuste a valor presente	719
Variação monetária	889
Em 31.12.2024	71.198
Remensuração (NE nº 9)	(6.701)
Ajuste a valor presente	4.619
Variação monetária	3.807
Pagamento	(1.361)
Em 31.12.2025	71.562

11.2. Valor nominal e valor presente das contas a pagar vinculadas à concessão

	Valor nominal	Valor presente
2026	16.467	11.185
2027	17.985	13.685
2028	17.985	14.811
2029	17.985	16.030
Após 2029	16.487	15.851
	86.909	71.562

12. Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Conforme a Lei nº 9.991/2000 e regulamentações complementares, as concessionárias e permissionárias de geração de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2025	Saldo em 31.12.2025
FNDCT	–	381	–	381	335
MME	–	190	–	190	167
P&D	9.024	–	2.816	11.840	9.813
	9.024	571	2.816	12.411	10.315
			Circulante	9.218	3.827
			Não circulante	3.193	6.488

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

12.1. Mutação dos saldos de P&D

	FNDCT	MME	P&D		Total
	circulante	circulante	circulante	não circulante	
Em 1º.01.2024	205	103	62	7.723	8.093
Constituições	2.042	1.020	613	1.429	5.104
Juros Selic	–	–	–	560	560
Transferências	–	–	3.225	(3.225)	–
Recolhimentos	(1.912)	(956)	(574)	–	(3.442)
Em 31.12.2024	335	167	3.326	6.487	10.315
Constituições	2.208	1.104	663	1.547	5.522
Juros Selic	–	–	–	466	466
Transferências	–	–	5.307	(5.307)	–
Recolhimentos	(2.162)	(1.081)	(649)	–	(3.892)
Em 31.12.2025	381	190	8.647	3.193	12.411

13. Provisões para litígios e passivos contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.6 são atendidos. Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Em 31.12.2025 a Companhia não apresenta provisões para litígios bem como não possui passivos contingentes.

14. Patrimônio Líquido

14.1. Capital social

Em 31.12.2025, o capital social integralizado é de R\$ 2.009.508 (R\$ 2.009.508 em 31.12.2024) é composto por 2.009.508.879 (2.009.508.879 em 31.12.2024) ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes a Copel GeT.

14.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

14.3. Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2025	31.12.2024
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	163.800	155.713
Reserva legal (5%)	(8.190)	(7.786)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	155.610	147.927
Dividendos mínimos obrigatórios	38.902	36.982
Dividendos adicionais propostos	116.708	110.945
Total de dividendos	155.610	147.927
Valor do dividendo por ação	0,077437	0,249195

14.4. Dividendo adicional proposto

Em 30.04.2025, a Assembleia Geral aprovou o pagamento do dividendo adicional proposto registrado em 31.12.2024, no valor de R\$ 110.945. Em 16.01.2026, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a antecipação dos dividendos relativos ao exercício de 2025, com pagamento de R\$ 120.000 realizado nesta mesma data. A decisão será ratificada na Assembleia Geral Ordinária que será realizada em abril de 2026.

14.5. Lucro líquido básico e diluído por ação

	31.12.2025	31.12.2024
Numerador		
Lucro líquido atribuído à acionista controladora	163.800	155.713
Denominador		
Média ponderada das ações (em unidades)	2.009.508.879	593.618.468
Lucro líquido básico e diluído por ação atribuído à acionista controladora		
Ações ordinárias	0,08151	0,26232

15. Receita Operacional Líquida

	31.12.2025	31.12.2024
Contratos bilaterais - Copel Comercialização S.A.	573.606	538.167
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	92.411	90.435
Outras receitas	18	9
Receita Operacional Bruta	666.035	628.611
(-) PIS/Pasep e Cofins	(61.607)	(58.146)
(-) Encargos setoriais	(5.520)	(10.392)
	598.908	560.073

16. Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	31.12.2025	31.12.2024
Energia elétrica comprada para revenda	(59.604)	–	–	–	(59.604)	(10.066)
Encargos de uso da rede elétrica	(149.977)	–	–	–	(149.977)	(158.426)
Pessoal e administradores	–	–	(3.637)	–	(3.637)	(2.116)
Planos previdenciário e assistencial	–	–	(518)	–	(518)	(318)
Material	(1.651)	–	(1)	–	(1.652)	(1.553)
Serviços de terceiros	(23.968)	–	(450)	–	(24.418)	(35.633)
Depreciação e amortização	(76.533)	–	(215)	–	(76.748)	(119.234)
Provisões e reversões	–	(23)	–	–	(23)	(7)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (a)	(41.038)	–	1.874	(8.203)	(47.367)	(26.896)
	(352.771)	(23)	(2.947)	(8.203)	(363.944)	(354.249)

(a) Em 2024 o saldo contempla o ganho pela venda de ativos inservíveis no total de R\$ 26.901.

17. Resultado Financeiro

	31.12.2025	31.12.2024
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	17.003	28.327
(-) Pis/Cofins sobre receitas financeiras	(943)	(1.406)
Outras receitas financeiras	3.801	2.020
	19.861	28.941
(-) Despesas financeiras		
Juros sobre P&D e PEE (NE nº 12.1)	466	560
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão (NE nº 11.1)	8.485	1.609
IOF sobre o rendimento de aplicações financeiras	86	–
Outras despesas financeiras	18	9
	9.055	2.178
Líquido	10.806	26.763

18. Instrumentos Financeiros

18.1. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2025		31.12.2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	2	135.558	135.558	61.545	61.545
Títulos e valores mobiliários (b)	7	2	20.054	20.054	17.941	17.941
			155.612	155.612	79.486	79.486
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		73.688	73.688	76.636	76.636
			73.688	73.688	76.636	76.636
Total dos ativos financeiros			229.300	229.300	156.122	156.122
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	10		25.145	25.145	21.548	21.548
Total dos passivos financeiros			25.145	25.145	21.548	21.548

Os dois níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

18.2. Gerenciamento dos riscos financeiro

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

18.2.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou de contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar os recursos financeiros em instituições bancárias federais ou em bancos privados com baixo risco de crédito, conforme rating local das principais agências classificadoras.

Adicionalmente, a Companhia atua na gestão de contas a receber implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras e suspendendo o fornecimento e/ou o registro de energia e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares.

18.2.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo.

	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	Passivo Total
31.12.2025				
Fornecedores	24.495	422	228	25.145

18.2.3. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data das demonstrações financeiras, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic - 12,25%) previsto na mediana das expectativas de mercado para 2025 do Relatório Focus do Bacen. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2025		
		31.12.2025	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	20.054	2.457	1.843	1.229

18.2.4. Risco quanto à escassez de energia

A maior parte da capacidade instalada no País atualmente é proveniente de geração hidrelétrica, o que torna o Brasil e a região geográfica em que a Companhia opera sujeitos a condições hidrológicas que são imprevisíveis, devido a desvios não cíclicos da precipitação média. Condições hidrológicas extremamente desfavoráveis podem acarretar, entre outras, a implementação de programas abrangentes de economia de eletricidade, tais como racionalização ou até redução obrigatória de consumo, como racionamentos.

Considerando a forte geração eólica no Nordeste, a geração de biomassa no Sudeste e o período chuvoso com energias naturais afluentes que elevaram os reservatórios para valores confortáveis durante os anos de 2024 e 2025, estima-se que o risco de falta de energia em 2026 seja baixo até em função do nível dos reservatórios dentro da normalidade para este período do ano.

Os critérios de garantia de suprimento de energia estão atualmente estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE. Com fundamento, os órgãos responsáveis mantêm os indicadores de risco de déficit de energia dentro da margem de segurança em todos os subsistemas.

18.2.5. Risco quanto aos impactos do GSF

O Mecanismo de Realocação de Energia - MRE é um sistema de redistribuição de energia gerada, característico do setor elétrico brasileiro, que deve sua existência ao entendimento, à época, de haver necessidade de operação centralizada associada a preço ótimo calculado centralmente, conhecido como PLD. Como os geradores não possuem controle sobre sua produção, cada usina recebe determinada quantidade virtual de energia, a qual pode ser comprometida por meio de contratos. Esse valor, que possibilita registros de contratos, é conhecido como Garantia Física - GF e é calculado centralmente. Diferentemente do PLD, que é calculado semanalmente, a GF é recalculada, por lei, a cada cinco anos, com limite de aumento ou redução, restringido a 5% por revisão ou a 10% no período da concessão.

Os contratos necessitam ter lastro. Isto é realizado, sobretudo, por meio de alocação de energia gerada, recebimento do MRE ou compra. O GSF é a relação entre toda a geração hidrelétrica dos participantes do MRE e o somatório da GF de todas as usinas do MRE. Basicamente, o GSF é utilizado para calcular quanto cada usina receberá de geração para lastrear sua GF. Assim, conhecendo o GSF de um dado mês, a Companhia poderá saber se necessitará lastrear seus contratos com compras. Sempre que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for menor que o somatório dos contratos, será necessário efetuar compra no curto prazo. No entanto, para a situação em que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for maior que o total dos contratos, será recebida a diferença valorada ao PLD.

Para as usinas com contratos no Ambiente de Contratação Livre - ACL, a principal forma de gerenciar o risco de GSF baixo é não comprometer toda a GF com contratos, bem como a recompra oportuna de energia intra-anual, abordagens atualmente adotadas pela Companhia.

19. Partes Relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos decorrentes das transações relevantes com partes relacionadas efetuadas pela Companhia, exceto transações de operações em ambiente regulado, registradas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores.

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Controlador								
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)								
Dividendos	–	–	38.903	36.982	–	–	–	–
Compartilhamento de estrutura (a)	–	–	1.178	386	–	–	–	–
Serviços de operação e manutenção	–	–	2.322	4.500	–	–	(10.189)	(28.028)
Entidades sob controle comum								
Copel Distribuição S.A.								
Suprimento de energia elétrica	–	–	12	13	–	–	–	–
Compartilhamento de estrutura (a)	–	–	138	133	–	–	–	–
Copel Comercialização S.A.								
Suprimento de energia elétrica	44.161	43.514	–	–	573.606	537.888	–	–
Energia elétrica para revenda	–	–	4.230	–	–	–	(47.927)	(9.768)
Complexo Eólico SRMN								
Suprimento de energia elétrica	–	–	–	–	–	279	–	–
Pessoal chave da administração								
Honorários e encargos sociais	–	–	–	–	–	–	(354)	(125)
Planos previdenciários e assistenciais	–	–	–	–	–	–	(518)	(10)
Outras partes relacionadas (b)								
Lactec	–	–	100	–	–	–	(44)	(145)
Companhia de Saneamento do Paraná	–	–	–	–	–	–	–	(54)
Simepar	–	–	–	–	–	–	–	(996)

(a) Os saldos se referem a contratos de compartilhamento de despesas de pessoal e administradores e de serviços celebrados entre a Copel e suas subsidiárias diretas e indiretas.

(b) O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, na qual a Copel é uma associada. O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a FDA, submetidos a controle prévio ou a posteriori, com anuência da Aneel. A Sanepar é uma entidade de economia mista controlada pelo Estado do Paraná. O Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar é uma unidade complementar do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, vinculado à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. O Simepar mantém contratos com a Companhia de prestação de serviços de previsão do tempo, laudos meteorológicos, análise de ampacidade, mapeamento e análise de ventos e descargas atmosféricas.

No que diz respeito ao pessoal chave da administração, não há outros benefícios além do que está apresentado no quadro acima.

20. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos Operacionais	24.08.2026	1.346.411
Seguro D&O (a)	28.03.2026	137.560
Seguro Cyber	08.05.2026	25.000

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2025, de R\$ 5,5024.

Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

21. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

21.1. Transações que não envolvem caixa

	31.12.2025	31.12.2024
Adições do ativo imobilizado (a)	566	—
Adições de direito de uso de ativos (b)	10	381
	576	381

(a) Corresponde ao montante de compras efetuadas a prazo e ainda não quitadas até o final do período.

(b) Reconhecimento teve como contrapartida a rubrica de passivo de arrendamento.

As transações acima não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão mencionadas na demonstração do fluxo de caixa.

22. Eventos subsequentes

Em 18.03.2026, conforme Fato Relevante 01/26 emitido pela Copel, a FDA foi declarada vencedora para a comercialização do produto Potência, contribuindo com 690,47 MW de capacidade instalada total a ser comercializada pelo prazo de 15 anos, com receita bruta fixa estabelecida em R\$ 963,2 milhões/ano para UHE Foz do Areia. O investimento estimado é de R\$ 1,3 bilhões e o início das operações está previsto para agosto de 2030.

Curitiba, 20 de março de 2026.

**MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO
REZENDE**

Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO

Diretor Administrativo-Financeiro

MICHAEL LUIZ DE SOUZA

Contador - CRC-PR-059084/O-0

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. (FDA), sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel), declaramos que:

- (I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. relativamente às demonstrações financeiras da FDA de 31.12.2025; e
- (II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da FDA de 31.12.2025.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 20 de março de 2026.

**MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO
REZENDE**
Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO
Diretor Administrativo-Financeiro



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento

obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 20 de março de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Bruno Guedes Monteiro
Contador CRC 1RJ118070/O-0